

De Belém a Tefé – as cidades e os rios do norte do Brasil nos relatos de viagem do século XIX

*Solange de Aragão**

Resumo: Pretende-se aqui apresentar seis cidades do norte do Brasil a partir da leitura dos relatos de viagem do século XIX – fontes documentais primordiais deste trabalho, ressaltando-se a importância dos rios da bacia do Amazonas para o surgimento e desenvolvimento desses aglomerados urbanos em uma época em que era muito expressiva a dificuldade de comunicação por terra. Todas essas cidades foram dispostas ao longo de rios – apenas Belém estava em contato quase direto com o mar; e todas estavam envoltas pela floresta amazônica – impenetrável. Era por meio dos rios que se alcançavam e se vislumbravam esses lugares ocupados e instituídos pelo homem branco para demarcar seu território e povoar as terras distantes, familiares aos índios. Não foram poucos os viajantes que se aventuraram a percorrer as águas caudalosas do Amazonas e de outros rios para conhecer esses lugarejos, muitas vezes com um número restrito de casas, de ruas e de habitantes, que também integravam a paisagem brasileira.

Palavras-chave: Cidades do norte do Brasil, bacia do rio Amazonas, século XIX.

Abstract: We aim here to present six cities from the North of Brazil having our main source in some traveler's writings from the 19th century. We emphasize the relevance of Amazon rivers for creation and development of these places when transportation by land was extremely difficult. All of these cities were placed alongside rivers, and all of them were embraced by the forest. Only by rivers was it possible to reach and see such places created by man to demarcate their territory and to people lands far away from the coast. During the 19th century many travelers ventured to cross Amazon and other rivers to be at these places, which would not rarely present a few houses, streets and people, but were also part of the Brazilian landscape.

Keywords: Cities from the North of Brazil, Amazon rivers, 19th century.

* Arquiteta, Urbanista, Mestre e Doutora pela FAU-USP. Pós-doutoranda junto ao Departamento de História da FFLCH-USP. Apoio: FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

A Academia está tão habituada ao estudo das cidades brasileiras situadas nas atuais regiões sudeste e nordeste do país, que comumente se esquece dos lugares distantes ao norte, ao sul ou mesmo a centro-oeste do Brasil, que também tiveram sua paisagem natural transformada pelo homem desde tempos remotos, ainda que por vezes de uma forma mais gradativa, em ritmo pouco acelerado em relação a outras cidades brasileiras.

Ao norte do país, ao longo da bacia do Amazonas, formaram-se povoados que se tornaram freguesias, vilas e cidades; todos cercados pela densa floresta amazônica. O único meio de comunicação entre um aglomerado e outro eram os rios, que se tornaram uma espécie de estrada fluvial. Belém encontrava-se em situação privilegiada, nas proximidades do mar; entretanto, a muitas das outras localidades só era possível chegar, pelo menos até meados do século XIX, percorrendo-se rios.

Não obstante a imensa dificuldade de comunicação, foram vários os viajantes que visitaram esses povoados, vilas e cidades ao longo do oitocentos. A começar por Spix e Martius, que estiveram em Belém, Santarém, Manaus e Tefé, entre 1817 e 1820. Hercules Florence visitou Belém e Santarém entre 1825 e 1829; Alfred Wallace conheceu Belém, Santarém e Manaus em fins da década de 1840; Henry Bates teve em seu roteiro de viagem as cidades de Belém, Cametá, Óbidos, Manaus, Santarém e Tefé (então denominada Ega) nos anos de 1850 e 1851. E assim vários outros viajantes, como Avé-Lallemant, Louis Agassiz e Alcide d'Orbigny, passaram pelas cidades brasileiras situadas ao norte do país, para conhecer suas paisagens, suas construções, sua gente, e a natureza circundante.

Um dos primeiros estudiosos brasileiros a fazer uso dos relatos de viagem do século XIX como importante fonte documental foi Gilberto Freyre, na década de 1930 – momento marcado pela discussão da relevância das cartas, memórias, diários e outros documentos íntimos para a pesquisa histórica. Em duas das principais obras de Freyre (*Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*), é evidente a recorrência aos textos dos viajantes considerados menos parciais do ponto de vista do sociólogo.

De fato, nos relatos de viagem constata-se a caracterização da paisagem brasileira quase sempre de um ponto de vista europeu, que no entanto revela como eram as ruas, as casas, as igrejas, os edifícios públicos e os habitantes do espaço urbano em um período que precedeu a invenção e difusão da fotografia. É interessante notar a curiosidade desses viajantes (curiosidade muitas vezes imbuída de interesses geopolíticos de seus países de origem), que percorreram não apenas cidades do sudeste e do nordeste do Brasil (como Rio de

Janeiro, Recife e Salvador), de maior importância na época, embrenhando-se pelo norte do país, para conhecer lugares desconhecidos pelos próprios brasileiros.

Algumas das cidades do norte do país, visitadas pelos viajantes ao longo do século XIX, tornaram-se grandes cidades no século XX, com a difusão e criação de outros meios de comunicação. Outras permaneceram relativamente estagnadas, mas possuem um valor histórico e cultural relevante na caracterização e no entendimento das paisagens urbanas do Brasil – algumas se tornaram Patrimônio Histórico Nacional, embora seus edifícios não sejam devidamente conservados ou preservados pelo Poder Público.

É muito comum ouvir-se falar das cidades históricas de Minas no século do ouro, do Rio de Janeiro do século XIX e das transformações urbanas da cidade de São Paulo a partir de 1870, mas poucos são os que ouvirem falar de cidades como Tefé e Santarém e poucos são capazes de imaginar a cidade de Manaus em meados do século XIX com casas de barro cobertas de folhas de palmeira. O conhecimento do Brasil, mesmo de épocas precedentes, requer o estudo e análise de outras cidades – além daquelas situadas nas atuais regiões sudeste e nordeste do país.

Cidades e Rios.

Das diversas cidades situadas ao norte do país, erguidas nas proximidades ou às margens de grandes e caudalosos rios, pode-se destacar seis que fizeram parte do roteiro de viagem de europeus e estrangeiros que estiveram no Brasil entre as primeiras décadas e meados do século XIX: Belém, Santarém, Cametá, Óbidos, Manaus e Tefé. Cada uma dessas cidades apresenta peculiaridades em relação a sua arquitetura, seu desenvolvimento econômico e urbano, sua história, sua cultura, sua gente. Mas todas têm em comum a paisagem marcada por rios tão largos que por vezes mal a vista alcança a margem oposta. Parte delas não teria sequer se estabelecido nos séculos precedentes não fosse a presença dos rios possibilitando a comunicação entre lugares tão distantes da faixa litorânea.

Ressalta-se aqui o olhar dos viajantes no que diz respeito a essas cidades (especialmente suas casas, suas ruas, seus habitantes, sua paisagem) em sua relação com os rios.

Belém

Spix e Martius chegaram a Belém pelo lado do mar, de onde a cidade se apresentava ao espectador sem profundidade, como se fosse composta apenas por duas filas de casas, cercadas pela floresta. Entre as residências, via-se a Praça do Comércio e a Alfândega, e por trás desta as duas torres da Igreja das Mercês. As casas eram aparentemente sólidas, feitas de pedra de cantaria; as ruas, largas, cortavam-se em ângulos retos, formando várias praças. (Cf. SPIX & MARTIUS, 1981: 23)

Antes dessa descrição da Belém descortinada, os naturalistas mencionam a situação da cidade em relação ao rio, evidenciando a importância deste na conformação de suas paisagens:

Santa Maria de Belém do Grão-Pará, geralmente chamada Pará, distante do mar umas 16 léguas em linha reta, está situada numa ponta de terra plana e baixa, ao longo da margem oriental do grande rio, que pela união da foz do Rio Tocantins com as águas do Amazonas (no canal Tajipurú) e com muitos tributários da terra firme e da ilha de Marajó, toma o nome de Rio Pará. (SPIX & MARTIUS, 1981: 23)

Implantada junto à margem de um rio, sua população, nas primeiras décadas do século XIX, era avaliada em cerca de 24.500 habitantes, entre europeus, mulatos e índios. (Cf. SPIX & MARTIUS, 1981: 25)

Hercules Florence fala de uma cidade bonita, dividida em duas partes por uma praça: de um lado desta, ficava o bairro da Campina; do outro, a “cidade de Oeste”, onde havia diversos edifícios. No bairro da Campina, localizavam-se as casas dos negociantes, “feitas em parte de cantaria vinda de Portugal como lastro de navios”. (FLORENCE, 1977: 306-8) O emprego da pedra nas construções de Belém contribuía para conferir à paisagem urbana um tom bastante peculiar em relação às outras cidades do norte do país, onde predominavam as casas de barro e madeira com cobertura vegetal.

Em meados do século XIX, Alfred Wallace avaliava a população de Belém em 15.000 habitantes, observando: “Não obstante, é a maior cidade à beira do maior rio do mundo, o Amazonas”. (WALLACE, 1979: 17) Fica claro que para Wallace a importância da cidade advinha em grande parte de sua localização geográfica – às margens do imponente rio.

Segundo Henry Bates, a redução do número de habitantes, constatada por Wallace, de 24.500 em 1819 para 15.000 em 1848, deveu-se sobretudo às rebeliões dos anos precedentes, que interferiram no crescimento demográfico da capital do Pará. (Cf. BATES, 1979: 21)

No que diz respeito ao espaço urbano em si, contrariamente ao parecer de Spix e Martius, Wallace considera as ruas de Belém muito estreitas – à exceção da rua dos Mercadores, via principal da cidade, que possuía alguns trechos calçados e “o resto da caminhada sobre pedras irregulares ou areia fofa”. (WALLACE, 1979: 19) O viajante observa ainda o azul e o amarelo das portas e janelas das casas brancas e das igrejas “em estilo italiano adulterado, porém pitoresco”. (WALLACE, 1979: 20) Mas à primeira vista, não tem uma boa impressão da cidade:

A impressão geral que a cidade desperta em alguém recém-chegado da Europa não é lá das mais favoráveis. Denota-se uma tal ausência de asseio e ordem, uma tal aparência de relaxamento e decadência, tais evidências de apatia e indolência, que chegam a produzir um impacto verdadeiramente chocante. Mas a primeira impressão desaparece quando se constata que diversas dessas características são decorrentes do clima. (WALLACE, 1979: 20)

Ao comparar a cidade brasileira às cidades da Europa, Wallace demonstra claramente sua preferência em relação a estas últimas e atribui ao clima a falta de asseio e ordem e a aparência de relaxamento e decadência da primeira, desconsiderando as diferenças culturais e os diferentes graus de desenvolvimento econômico, histórico e tecnológico entre uma cidade e outra, bem como a necessidade constante de se empregar no Brasil materiais disponíveis no entorno na produção da casa e do espaço urbano.

Henry Bates compartilha essa impressão não muito favorável de Belém com Alfred Wallace, comentando ainda que, por volta de 1850, as ruas eram margeadas por casas “em mau estado de conservação, com matos e arbustos nascendo de grandes rachaduras nas paredes”. À época de sua visita, as praças estavam cobertas de mato, havendo também extensos trechos alagados e intransitáveis. (Cf. BATES, 1979: 22)

Melhor impressão teve Avé-Lallemant, a quem “Belém (...) causa boa impressão vista do rio, embora tudo nela pareça velho.” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 29) Para o olhar europeu de meados do século XIX, a capital do Pará apresentava um aspecto envelhecido em contraposição à cidade bonita das primeiras décadas. Uma das causas apontadas pelos viajantes para esse aspecto de abandono foi a Cabanagem – a então denominada “revolução” entre a gente da terra e os negociantes europeus. Mas ainda na década de 1850 outro fator contribuiria para a decadência do espaço urbano: a epidemia de cólera, de tal modo que a recuperação e o desenvolvimento econômico tornariam a marcar a paisagem de Belém somente na segunda metade do século XIX, especialmente nas últimas décadas, com o

período áureo da borracha. A partir desse momento a cidade passaria por uma época de “modernização” urbana de acordo com padrões europeus. (Cf. VEIGA, 2007: 28)

Santarém.

Santarém ficava “duas léguas acima da embocadura na margem oriental” do Tapajós. Segundo Spix e Martius, era a “vila mais importante de todo o Amazonas”. Sua rua principal era formada por diversas casas de um só pavimento – casas de pau-a-pique, barreadas e caiadas de branco, com telhas côncavas ou folhas de palmeira na cobertura; no lugar das vidraças, venezianas de madeira; o chão ou era coberto de tijolo ou simplesmente de terra batida. (Cf. SPIX & MARTIUS, 1981: 98-9)

O número de habitantes de Santarém era avaliado, nas primeiras décadas do século XIX, em torno de 2.000, sem contar as famílias de fazendeiros e os índios que trabalhavam nessas fazendas situadas nos arredores da cidade. (Cf. SPIX & MARTIUS, 1981: 99) Somados os habitantes do entorno, a população poderia ser calculada em 4.000 habitantes.

A forte relação entre a cidade e o rio é salientada por Hercules Florence, que esteve no Amazonas na década de 1820:

Chegamos a Santarém no dia 1º de junho de 1828. Do porto avista-se o Amazonas que aí tem duas léguas de largo. Assente na confluência dos dois rios e à margem oriental do Tapajós, é o povoado bonito e bem situado em terreno plano que desce por uma rampa suave para a água. (FLORENCE, 1977: 295)

Essa rampa suave, mencionada por Florence, marca o encontro da cidade e do rio.

Alfred Wallace, já em meados do século, descreve as casas da cidade como “limpas” e as ruas como “regulares”, ainda que tomadas por um verdadeiro capinzal. Também em relação às casas, observa que eram todas pintadas de branco ou amarelo, com janelas e portas “verdes e berrantes”. (WALLACE, 1979: 94)

Nesse mesmo período, Henry Bates afirma ser Santarém a cidade mais importante e civilizada às margens do rio Amazonas, apesar de sua reduzida população, estimada em cerca de 2.500 pessoas (um aumento bastante sutil em relação às estimativas anteriores). Esse viajante descreve a cidade como “encantadora”, com casas uniformes, erguidas com paredes caiadas de branco e cobertas de telhados vermelhos, cercadas por jardins verdejantes e

pomares. (Cf. BATES, 1979: 139) Essas casas ajardinadas eram insígnias de uma paisagem cultural contraposta à paisagem natural das florestas do entorno.

Outro viajante que se encantou com a cidade foi Avé-Lallemant, que a descreve como “bonita” e “cativante”, capaz de surpreender todos os viajantes que “entram pela primeira vez na embocadura do rio e fundeiam a alguma distância da cidade”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 75-6)

Na margem estende-se bonito renque de casas, sólidas e grandes, de alvenaria e entre elas uma apalaçada. Um pouco mais recuada e numa praça, a igreja, cuja fachada lembra na verdade um teatro. Mais adiante ainda, por trás da primeira fileira de casas, vêem-se os telhados doutra rua; em resumo, tem-se uma impressão extraordinariamente favorável de Santarém, distante tantas milhas, Amazonas acima, no solitário Tapajós. A cidade tapuia, parda e irregular, espraia-se rio acima e perde-se na floresta e no matagal. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 76)

Para Avé-Lallemant Santarém é uma cidade “tapuia, parda e irregular”, sem limites bem definidos, que acompanha o rio e se mistura à floresta em uma espécie de sincretismo de paisagens – culturais e naturais.

Da mesma forma que aconteceu à cidade de Belém, foi apenas com as extrações de látex e com o ciclo da borracha que Santarém passou por um processo de urbanização mais expressivo – especialmente entre fins do século XIX e princípios do século XX. Durante muito tempo seus espaços livres públicos ficaram “tomados por capinzais”, e sua paisagem foi caracterizada por “um tipo mais vegetal de casa”, em consonância com o entorno configurado por florestas e rios.

Cameté e Óbidos.

Cameté era uma cidade composta por apenas “três ruas compridas e paralelas ao rio, cortadas perpendicularmente por outras mais curtas”, com as casas muito simples, mas “compostas de um sólido arcabouço de madeira e barro, caiado de branco” – casas de pau-a-pique. Segundo Henry Bates (1979:69), algumas dessas construções chegavam a dois ou três pavimentos – sobrados que se destacavam na paisagem urbana horizontal. A população em meados do século XIX era calculada em 5.000 habitantes, entre índios, colonos e escravos africanos. (Cf. BATES, 1979: 69)

A descrição mais curiosa de Cameté aparece nos relatos de viagem de Robert Avé-Lallemant. Para esse viajante, a cidade se descortina à margem da floresta, do lado esquerdo do rio, com telhados encarnados e uma igreja que ressalta à vista. No entanto, as casas da cidade estavam tão próximas da beira-rio, que muitas corriam perigo, sendo amparadas por escoras. Por esta razão, Cameté possuía um aspecto singular: por toda parte se viam escadas de madeira, pilares de madeira, varandas e pontes de madeira, originando “verdadeira confusão de madeira”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 36) Mas ao chegar à outra extremidade da cidade o viajante se encanta:

Fizemo-nos transportar até o fim da cidade, subimos uma escada de madeira de 20 pés, e vi-me diante dum cenário tão encantador que não se pode traduzir em palavras.

Uma pequena praça, em forma de terraço, no meio dum largo e comprido balcão, estendendo-se para além da orla do rio. Na orla da praça, enorme mangueira e, por trás desta, uma linda casa. (...) Essa casa, rodeada de dois lados por uma varanda, é tão larga que forma duas salas conjugadas abertas em volta. Ao lado, um jardim conquistado à floresta virgem, onde diversos grupos de astrocárias, providas de espinhos, uma gutífera parasita, alta e viçosa, asfixia uma palmeira; um enorme eriodendro e uma palmeira pupunha falam da floresta, enquanto flores de jardim, cuidadosamente tratadas, espalham longe seu perfume. Desse belíssimo belvedere goza-se de todo o panorama do rio a jusante, do rio a montante e do rio defronte, em cuja margem, uma ilha após outra velam parte da colossal largura do Tocantins. Tudo isso moldurado pela orla encantadora da floresta, tendo por cima um céu profundamente azul, cuja límpida abóbada parece suportada pelos troncos-pilastras das miritis. Essa a minha pousada de Páscoa, na extremidade mais baixa de Cameté, tão encantadora como nunca possuía igual. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 37)

Essa integração visual entre a cidade e o rio, com o rio dominando a paisagem, também fazia parte do panorama de Óbidos, descrita por Henry Bates como “uma das cidades mais aprazíveis da beira do rio”, com casas sólidas cobertas de telhas, dando abrigo a descendentes de colonizadores portugueses, de índios e de negros. (Cf. BATES, 1979: 102)

Cameté, à semelhança de outras cidades do norte do país, foi favorecida com os ciclos da borracha e do cacau, aos quais corresponderam melhorias urbanas em fins do oitocentos e princípios do século XX – quando foram construídos vários edifícios públicos na cidade. Entretanto, ainda hoje possui um número reduzido de habitantes (cerca de 100.000), tendo se tornado Patrimônio Histórico Nacional, apesar da demolição de importantes casarios históricos e da ausência dos devidos cuidados com as edificações preservadas.

Parte das construções de Óbidos também foi tombada, passando a integrar o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará, existindo na área central da cidade

exemplares dos antigos edifícios erguidos sob influência da arquitetura portuguesa – algumas das “casas sólidas cobertas de telhas”, observadas por Henry Bates em meados do século XIX.

Manaus.

Em fins do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua Viagem Filosófica ao Rio Negro, esteve em Manaus, então denominada “Fortaleza da Barra”. À época de sua visita, a povoação constituía-se de 44 casas – 8 pertencentes aos “moradores brancos”, e 36 aos índios. As casas do “Reverendo vigário” e do “comandante” eram térreas, cobertas de palha e possuíam quatro cômodos, sendo as portas e janelas de madeira. (Cf. FERREIRA, s.d.: 578-9)

Manaus era, portanto, um pequeno aglomerado de casas, todas um pouco “mucambos” – para usar a expressão de Gilberto Freyre.

Quando Spix e Martius estiveram em Manaus, entre 1817 e 1820, as casas estavam cobertas com folhas de palmeira e tinham paredes de pau-a-pique. Espaçadas umas das outras, formavam ruas irregulares no terreno desigual, cortado por córregos, às margens do rio Negro, um pouco antes de sua confluência com o Amazonas. (Cf. SPIX & MARTIUS, 1981: 139) A população era calculada em cerca de 3.000 habitantes, mas a maior parte das famílias morava em fazendas ou pesqueiros, dirigindo-se à Fortaleza da Barra do Rio Negro apenas “por ocasião das festas de igreja”. (SPIX & MARTIUS, 1981: 139-40)

A descrição de Alfred Wallace, em meados do século XIX, é muito semelhante à de Spix e Martius, exceto pela cobertura das casas que, nesse período, era de telhas vermelhas. As paredes das residências estavam pintadas de branco e amarelo, e as portas e janelas, de verde. (Cf. WALLACE, 1979: 109) O número de habitantes aumentara para cerca de cinco ou seis mil pessoas – em sua maior parte, mestiços e índios. (Cf. WALLACE, 1979: 110)

Também de meados do século é a descrição de Avé-Lallemant, que estabelece a relação entre a cidade e o rio:

Manaus está na verdade lindamente situada. As ruas da cidade, se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, consistem em meros lanços, términos, esquinas e interrupções. Sobe-se e desce-se. Quase por toda parte, o largo, tranqüilo e escuro rio em baixo, ou segue-se por um caminho, descendo, para atravessar, por uma modesta ponte de madeira, um igarapé, tão escuro quanto o próprio Rio Negro. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 101)

A mudança desse aspecto geral de Manaus, com ruas irregulares e casas de terra, deu-se somente em fins do século XIX, como resultado do período áureo da borracha. Na passagem do século, a cidade já apresentava algumas de suas ruas calçadas e iluminadas, e construções com detalhes neoclássicos na fachada. Mas a presença do grande rio continuaria imponente na paisagem urbana ao longo do tempo, apesar do crescimento e das transformações da cidade.

Tefé

Tefé, inicialmente denominada “Vila de Ega”, foi implantada na margem oriental de um alargamento em forma de lago do rio Tefé. Nas primeiras décadas do século XIX, de acordo com Spix e Martius, suas casas eram todas de um só pavimento, com paredes de taipa, venezianas de madeira em vez de vidraça nas janelas, e cobertura de folhas de palmeira. As únicas diferenças entre essas construções e as “choças” dos índios, segundo os naturalistas, eram sua dimensão e a existência de fechadura nas portas. As casas formavam uma rua irregular ao longo da margem do lago, algumas conformando “praças livres” em volta da igreja. Por esses tempos, calculava-se em 600 os habitantes do povoado. (Cf. SPIX & MARTIUS, 1981: 178)

Em meados do século, a população de Tefé ainda não chegava a 1.200 habitantes, havendo na cidade apenas 107 casas, “metade das quais não passa[va] de miseráveis casebres de barro cobertos de folhas de palmeiras”, segundo as observações de Henry Bates (1979: p.205).

O mesmo termo foi empregado por Avé-Lallemant, que esteve na cidade por esses tempos:

Numa espécie de península formada pelo Tefé e um lindo igarapé, ficava a vila de Ega, ou como é chamada atualmente, de Tefé, um lugarejo miserável, no qual, aliás, se viam algumas casas de alvenaria, mas onde as casas de barro com telhados de palha constituíam a grande maioria. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 166)

As ruas e praças da cidade estavam então cobertas de relva e, nos quintais, “sem cerca”, cresciam laranjeiras e coqueiros. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 166)

Melhor impressão da cidade teve Louis Agassiz, não obstante as construções de barro cobertas com folhas de palmeira que tanto espanto causavam aos estrangeiros, principalmente aos europeus:

De todas as pequenas povoações que vimos na Amazônia, Tefé é aquela cujo aspecto é mais risonho e agradável. (...) As casas, geralmente construídas de barro e caiadas de branco, são cobertas de telhas ou folhas de palmeira. Quase todas são rodeadas por pequeno pomar, cercado de estacas e plantado de laranjeiras e palmeiras tais como coqueiros, açáís, pupunhas e outras plantas. (AGASSIZ, 1975: 137)

As construções eram de fato rudimentares se comparadas às do continente europeu. Contudo, construía-se com o material disponível no entorno: terra, madeira, folha de palmeira. Distantes do mar e do contato direto com a civilização européia, e separados por terra de outras áreas do país pela impenetrável floresta, era quase sempre através dos rios que chegavam os viajantes, as notícias, algum suprimento, alguma influência dos países europeus a esses aglomerados urbanos.

As cidades do norte do país, erguidas na bacia do Amazonas, eram não raro de pequenas dimensões, com um número reduzido de ruas, de casas, de habitantes. As ruas, sem calçamento, cobertas pela relva; as casas, de pau-a-pique, cobertas com folhas de palmeira; os habitantes, descendentes de índios, negros e portugueses.

Por trás, a floresta; à frente, os rios – únicos meios de comunicação entre uma cidade e outra, entre as cidades e o mar.

O rio era parte da paisagem dessas cidades, estivesse o observador no interior do aglomerado urbano, nos meios de transporte fluviais ou na margem oposta. Na bacia do Amazonas, os rios eram suficientemente amplos e extensos para estabelecer a comunicação e possibilitar a criação de cidades ao longo de seu percurso. Cidades estas sempre cercadas pela floresta, cujas construções eram na maior parte das vezes erguidas com os materiais disponíveis no entorno. As casas, quase sempre térreas, eram cobertas por telhas de barro ou folhas de palmeira; no chão, o revestimento de tijolo ou madeira ou, simplesmente, a terra batida; nos batentes das portas e janelas, cores vivas e berrantes; no lugar do vidro, a madeira; nas paredes, o emprego da terra e de estacas. As casas eram dispostas ao longo de ruas às vezes estreitas, às vezes mais largas, sem calçamento. Imperavam a vegetação circundante e a

imagem dos rios, que muitas vezes não apenas integravam como dominavam a paisagem, estendendo-se até a linha do horizonte.

Esse panorama encantava os viajantes que vinham de longe para conhecer lugares que nem mesmo os brasileiros do sul do país conheciam. Eram críticos em relação às construções e às ruas, mas se curvavam diante da beleza da paisagem, que compreendia outros elementos.

As cidades e os rios compunham, com a floresta amazônica, um cenário fascinante ao olhar europeu. Um cenário tipicamente brasileiro, de mistura de raças, de culturas e de costumes, com as construções muito simples adornadas pela vegetação exuberante que se refletia nas águas dos rios – partícipes da paisagem e do modo de vida dos que habitavam às suas margens.

Referências Bibliográficas.

AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866.* Trad. João Etienne Filho. São Paulo: Edusp, 1975. [1868]

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas.* Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Edusp, 1980. [1860]

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas.* Trad. Regina Régis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1979. [1863]

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro.* s.n.t. [século XVIII]

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829.* Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1977. [1875]

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos.* 51.ed., São Paulo: Global, 2006. [1936]

SPIX, Johan Baptist Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820.* Spix e Martius. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981. [1824-1832]

VEIGA, Débora de Fátima Lima. *Os mercados de Belém.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2007.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro.* Trad. Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1979. [1853]